

Mídia, poder e controle de subjetividade: a distorção da tentativa de golpe de 2002 na Venezuela

Medios de comunicación, poder y control de subjetividad: la distorsión de la tentativa de golpe de 2002 en Venezuela

Broadcast, power and control of subjectivity: the distortion of the failed coup of 2002 in Venezuela

Ms. Ricardo Bruno Boff¹

Bela. Adriela Luana Sutil da Rocha²

Resumo

A mídia consiste em um instrumento estratégico formulador e propagador de opiniões, saberes e valores, capaz de exercer o que Aníbal Quijano denomina “controle da subjetividade”. Partindo dessa premissa, o presente trabalho tem como objetivo geral demonstrar como, no âmbito das relações internacionais, a mídia compõe o arsenal de ferramentas de exercício de poder das potências Ocidentais, especialmente dos Estados Unidos, constituindo-se em um dos alicerces contemporâneos da manutenção da liderança hegemônica deste país. O trabalho utilizará como conceito-base a “colonialidade do poder”, também de Quijano, cuja abordagem destaca a face da dominação cognitiva inerente à modernidade eurocêntrica. Assim, será demonstrado como a mídia, ao promover o controle de subjetividade a favor das grandes potências Ocidentais, se insere na continuidade desse padrão moderno de dominação. Para exemplificar o *modus operandi* dos conglomerados midiáticos Ocidentais, será destacado o caso da cobertura da tentativa de golpe contra o Presidente Hugo Chávez, da Venezuela, em 2002, com base em reportagens e documentários que relevam a distorção midiática do evento, padrão que se repete na cobertura dos governos bolivarianos deste país.

Palavras-Chave: colonialidade do poder, conglomerados midiáticos, controle de subjetividade, Venezuela.

Resumen

Los medios de comunicación consisten en una herramienta estratégica formuladora y propagadora de opiniones, conocimientos y valores, capaces de ejercer lo que Aníbal Quijano denomina "control de la subjetividad." A partir de esa premisa, este estudio tiene como objetivo general demostrar cómo, en el contexto de las relaciones internacionales, los medios de comunicación son parte del arsenal de herramientas del ejercicio de poder de las potencias occidentales, especialmente los Estados Unidos, convirtiéndose así en una de las bases contemporáneas de mantenimiento del liderazgo hegemónico de este país. El trabajo utilizará como concepto base la "colonialidad del poder", también de Quijano, cuyo enfoque destaca la dominación cognitiva inherente a la modernidad eurocéntrica. Por lo tanto, se mostrará como los medios de comunicación, al promover el control de subjetividad favorable a las grandes potencias occidentales, se incluyen en la continuidad de este patrón moderno de dominación. Para ilustrar el modus operandi de los conglomerados de los medios occidentales, se pondrá de relieve el caso de la cobertura del intento de golpe de Estado contra el presidente Hugo Chávez, de Venezuela, en 2002, basado en informes y documentales que revelan la distorsión mediática sobre el evento, lo que representa un patrón que se repite en la cobertura de los gobiernos bolivarianos de este país.

Palabras claves: colonialidad del poder, conglomerados mediáticos, control de subjetividad, Venezuela.

¹ Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professor do Curso de Relações Internacionais da Universidade do Vale do Itajaí; Itajaí, Santa Catarina, Brasil; ricardo.boff@univali.br

² Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade do Vale do Itajaí; Itajaí, Santa Catarina, Brasil; adricaluana@hotmail.com

Abstract

The media consist of a strategic tool that formulates and propagates opinions, knowledge and values, capable of exercising what Aníbal Quijano calls "control of subjectivity." Based on this premise, this study has as a general objective to demonstrate how, in the context of international relations, the media are part of the arsenal of power tools of the Western powers, especially the United States, thus becoming one of the contemporary bases of maintenance of the hegemonic leadership of this country. The work will use as base concept the "coloniality of power", also of Quijano, whose focus highlights the cognitive domination inherent in Eurocentric modernity. Therefore, it will be shown how the media, by promoting the control of subjectivity favorable to the great Western powers, are included in the continuity of this modern pattern of domination. To illustrate the modus operandi of Western media conglomerates, the case of coverage of the coup attempt against President Hugo Chavez of Venezuela in 2002 will be highlighted, based on reports and documentaries revealing media distortion on the event, which represents a pattern that is repeated in the coverage of the Bolivarian governments of this country.

Keywords: Coloniality of power, Media conglomerates, control of subjectivity, Venezuela.

1. Introdução

O grande avanço na tecnologia, ocorrido principalmente com a propagação da internet, incrementou a rapidez na difusão da informação. Por isso, cada vez mais, o controle da informação consiste em uma importante ferramenta de poder, sendo vital para o exercício da hegemonia pelas grandes potências mundiais. Não por acaso, comumente a mídia é referida como “o quarto poder³”, tamanha sua influência nos âmbitos político, social, cultural e econômico de qualquer país.

Nesse contexto, o objetivo geral deste artigo é demonstrar, no âmbito das relações internacionais, como a mídia atua como ferramenta de exercício do poder na propagação de ideias e visões dos países Ocidentais, principalmente dos Estados Unidos, buscando exercer o “controle de subjetividade” das populações em geral e contribuindo para a manutenção da hegemonia deste país. Para observar essa prática, destacou-se o caso da cobertura da tentativa de golpe contra o Presidente Hugo Chávez, da Venezuela, em 2002, que representa um padrão de cobertura midiática sobre os governos ditos bolivarianos.

Os conceitos de “colonialidade do poder” e “controle de subjetividade”, ambos desenvolvidos pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, proporcionam o embasamento teórico que explica a utilização da mídia como ferramenta de exercício de poder por parte das potências Ocidentais. Eles ajudam a diagnosticar a trajetória Ocidental de construção de estruturas de dominação cognitiva dos povos não-ocidentais, conquistando “corações e mentes” das populações em geral a partir da imposição de seus padrões culturais e da sua narrativa dos fatos.

³ Em referência aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O artigo será dividido em quatro seções. Na primeira, serão apresentados os conceitos de “colonialidade do poder” e “controle de subjetividade”, apresentando-se a face da história da modernidade que corresponde ao projeto Ocidental de controle da produção e difusão do conhecimento. Na segunda seção, será explorado o conceito de “redes-cêntricas”, de Vladimir Prav, que consiste em uma rede de ações coordenadas, na qual a mídia é um dos instrumentos, cujo objetivo é executar estratégias geopolíticas de influência e controle em territórios. Na terceira seção, será apontado como os conglomerados midiáticos produzem e/ou determinam conhecimentos específicos e desejáveis por interesses econômicos e hegemônicos, conectados com a estratégia geopolítica do país, ou conjunto de países, a quem estão vinculados. Finalmente, será explanado o caso da cobertura midiática da tentativa de golpe, na Venezuela, no governo de Hugo Chávez, principalmente através da análise dos documentários “A revolução não será televisionada” e “*Al sur de la frontera*”, além de jornais venezuelanos e da mídia anglo-saxônica.

Ao observar-se a cobertura na mídia no evento escolhido na Venezuela, detecta-se com clareza a distorção dos fatos pela mídia com o objetivo de convencer o público de uma narrativa claramente ligada a objetivos geopolíticos Ocidentais. Assim, verifica-se na prática a continuação de um padrão de colonialidade Ocidental, cujo controle da subjetividade do público internacional é chave para o exercício contínuo de sua hegemonia.

2. Colonialidade, poder e hegemonia

A modernidade é um processo histórico que tem início com as grandes navegações ibéricas, em 1492, evento a partir do qual a Europa colocou-se no “centro do mundo”, controlando cadeias produtivas, relações de trabalho e propagação de saberes tomados como “universais”. Interligadas, todas essas formas de dominação compõem a chamada “colonialidade do poder”, que constitui a matriz de controle hegemônico que Europa e, posteriormente, os Estados Unidos, vêm exercendo no mundo. Portanto, a colonialidade do poder, segundo Quijano (2009), é exercida na junção do controle dos aspectos materiais (produção, comércio e trabalho) e dos saberes considerados universais (epistemologia dominante). Esses aspectos, para Quijano, estão ligados a uma hierarquização étnico-racial que diferenciava o colonizador do colonizado, fundando a chamada “diferença colonial”. Na fase atual da modernidade, esta diferença aparece reproduzida na mídia Ocidental, que busca

impor sua visão de mundo, ignorando fatos e versões provenientes de outros lugares e com base em outros saberes.

Ao posicionar-se no centro do capitalismo mundial, A Europa combinou tanto o controle do mercado, utilizando como fonte de recursos o domínio colonial sobre muitas regiões do planeta, quanto à supremacia sobre a identidade política, cultural e intelectual dos povos conquistados. Por esse motivo, passou a ser visto como inferior tudo o que não pertencia às regras e costumes europeus, a exemplo das concepções orientais e dos povos presentes nas colônias europeias na América. Surge, para reforçar essa diferenciação, conceitos étnicos de “índios e negros”, criando um “padrão racista de classificação social universal da população mundial” (QUIJANO, 2005, p. 121).

Tendo como matriz a diferença racial, a hierarquia entre povos foi ganhando outras categorias, como “fieis” e “infieis”, “civilizados” e “incivilizados”, “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, “modernos” e “atrasados”, dentre outras divisões binárias que caracterizam toda a modernidade, tendo como polo de referência “superior” a Europa e, desde que os Estados Unidos ascenderam à posição de país hegemônico, o Ocidente. Nesse padrão de dominação, “a Europa também concentrou sob sua hegemonia todas as formas de controle de subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento”. (QUIJANO, 2005, p. 121). Ainda segundo Quijano (2009, p. 73),

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América.

O exercício da hegemonia por parte de um país exige uma complexa rede de ferramentas, que vão desde o poderio militar bruto até a propagação de suas visões de mundo. Deste modo, hegemonia deve ser entendida como algo maior do que a capacidade de um Estado de dominar as demais nações soberanas, não devendo ser reduzida ao uso da força e da coerção. Para Cox (1996), a hegemonia, compreendida através do conceito gramsciano⁴, consiste na existência de uma ordem mundial que forma relações hierárquicas, que combinam *consenso* e *coerção*, na qual o Estado mais poderoso assume um papel de líder, responsável pelos recursos materiais, ideias e instituições que convençam os demais das vantagens existentes na manutenção daquela ordem. Nessa perspectiva, a história demonstra que

⁴ Conquista, via consenso e persuasão, da direção intelectual e moral da sociedade. Capacidade de unificar e manter unido o bloco social formado pelas classes dirigentes e pelas classes subordinadas. (GRAMSCI, 1991).

hegemonia e controle de subjetividade estão interligados. Isso significa que o poder hegemônico não se restringe à dominação pura, mas consiste “[...] no poder associado à dominação, ampliada pelo exercício da liderança intelectual e moral”. (ARRIGUI, 1996, p. 27).

É importante destacar que a descolonização, processo através do qual os países não-Ocidentais adquiriram suas independências políticas, não implicou em superação do padrão de colonialidade. Conforme colocação de Wallerstein e Quijano (1992, p. 103), “A independência não desfez a colonialidade; simplesmente transformou seu contorno”. Na ausência de mecanismos coloniais de controle, as potências hegemônicas desenvolveram outras ferramentas de intervenção e influência, seja econômica, política ou cultural. Segundo Lima (2006, p. 13), desde a metade do século XIX, a maior parte das crises políticas atuais no mundo tem sua origem em um escândalo midiático, tamanho o poder e a influência desta rede de informações sob qualquer pessoa ou instituição, pela forma com que consegue persuadir, que ultrapassam as barreiras éticas e morais para alcançar objetivos geopolíticos muitas vezes camuflados.

3. As novas guerras rede-cêntricas

As redes de inteligência consistem em um dos principais palcos atuais de disputa geopolítica, nas quais o controle da informação é o aspecto chave. A pressão criada por esta estrutura de rede é capaz de influenciar em questões financeiras, econômicas e políticas através de agentes internacionais, podendo afetar em decisões cruciais em uma sociedade e em um Estado. (PRAV, 2016).

As informações são criadas e difundidas de forma seletiva, com o objetivo de manipular a opinião pública e os atores relevantes do mundo. As novas redes de comunicação em tempo real, como a internet, buscam criar uma cultura global e são capazes de moldar pensamentos ideológicos. Este fato vem juntamente como resultado das novas associações de Estados, as empresas globais, os grandes grupos midiáticos e/ou financeiros, as organizações não governamentais (ONGs) e de inteligência. (RAMONET, s/a).

Os Estados Unidos, como o principal ator da chamada rede-cêntrica, comandam, por meio de organizações estatais, redes próprias de inteligência. Seu principal objetivo é articular uma ampla rede de agentes que atuam na propagação de seus valores, visões e objetivos, multiplicando o número de pessoas “cooptadas” por esses padrões. Tratam-se, portanto, de “ações de inteligência que fazem com que haja um modelo de comportamento entre amigos,

forças neutras e inimigas, em situação de paz, de crise e de guerra”. (SMITH, 2002, p.452)⁵. A “guerra rede-cêntrica” utiliza-se de fluxos de informação, negação da informação aopositor e deturpação da informação deste como armas de influência. A mídia, interligada com outros meios, tem papel fundamental nessa estratégia. (PRAV, 2016).

A difusão de informação, bem como o bloqueio e/ou desqualificação da informação do adversário, combina-se com estratégia militar do país. Qualquer intervenção armada é precedida e acompanhada da construção de uma narrativa sobre os fatos que se reproduz na mídia, nas universidades, nos meios empresariais, políticos, religiosos e onde mais for possível causar influência. Ou seja, pessoas que ocupam posições chaves na sociedade, como políticos, autoridades judiciárias, professores, pesquisadores e jornalistas, podem ser convencidas através de cursos, seminários, convites, bolsas, ou mesmo pela constante exposição à informação midiática, das visões ideológicas e das versões dos fatos favoráveis ao país mais poderoso - em regra, os Estados Unidos. Assim, esses agentes atuam, mesmo sem se dar conta, em prol dos interesses deste país, preparando terreno para ações diretas no campo militar ou econômico. Portanto, a guerra rede-cêntrica não busca a derrota do adversário em si. A estratégia militar e de organismos do governo têm como objetivo desgastar o adversário em várias áreas, para que consiga influenciar a população através das ferramentas midiáticas e de rede, preparando a população para receber, posteriormente, as ações tomadas pelo Estado. (PRAV, 2016)

Essa estratégia que combina meios de ação condiz com o conceito de “*smart power*” de Nye. Segundo ele, “converter recursos em poder real no sentido de obter os resultados desejados requer estratégias bem concebidas e hábil liderança - chamo de *smart power*” (NYE, 2011, p. 8). Nesse sentido, Prav (2016, p. 3-4) afirma que “o principal front de “guerra rede-cêntrica” é o espaço mental; o objetivo do agressor é destruir valores tradicionais da nação-alvo, para implantar valores tradicionais dele (do agressor)”. Em síntese:

O objetivo estratégico de uma guerra rede-cêntrica é o controle absoluto sobre todos os participantes do processo político em escala global. O seu objetivo tático é estabelecer o controle geopolítico, pelo agressor, sobre os agentes do estado vítima; e a 'transferência' acontece, em grande medida, de modo voluntário, como se o alvo estivesse realmente escolhendo fazer o que faz, porque o ataque não é percebido como agressão, mas, sim, como impulso na direção de mais desenvolvimento.

⁵ No original em inglês: “coordinated sets of actions directed at shaping the behavior of friends, foes, and neutrals in peace, crisis, and war.”

A importância da informação para o poder de um país, e para a eficácia de sua rede-cêntrica, coloca a mídia como um instrumento crucial da política externa. Sendo assim, os planos interno e externo de um governo estão diretamente ligados à mídia como meio de comunicação e formadora de opinião, interligado à rede-cêntrica, como meio mais amplo de manipular informações em prol da hegemonia de um Estado.

4. Os conglomerados midiáticos Ocidentais

A mídia possui a capacidade de formar e direcionar, mesmo que parcialmente, a opinião pública, através de seu poder de difusão de ideias, ou visões de mundo, sobre o certo, o errado, o legítimo, as regras sociais e de padrões culturais. (NOGUEIRA, 2005, p. 142 - 144). Ela torna-se, nesse contexto, fundamental para a propagação das ideias e controle das subjetividades, divulgando os padrões Ocidentais do saber, resultando assim em um instrumento chave do exercício da hegemonia pela via do convencimento. Como Nicolau Maquiavel (1996, p.34) alertava ao Príncipe: “A natureza dos povos é volúvel: é fácil de persuadi-los de alguma coisa, mas é difícil que mantê-los persuadidos. Convém organizar-se de modo a que, quando não acreditam mais, possa-se fazê-los acreditar à força”.

O jogo de poder nesse campo ocorre quando as informações são formuladas e direcionadas conforme interesses econômicos e políticos de grupos dominantes. Por este motivo, a mídia, com discursos já produzidos, é meio de consolidação do *status quo*, marginalizando outros modelos existentes e, desta forma contribui para a direção de um pensamento único. (MAZETTI, 2008, p. 265).

Antes de tudo, a notícia é uma mercadoria a ser vendida, pois seus proprietários são grandes grupos econômicos industriais e de comunicação, interessados em lucro e dependentes de receita publicitárias. Nessa perspectiva, a informação está sujeita às leis do mercado, da oferta e da demanda, sobrando pouco espaço para a moral e a ética (RAMONET, 1999, p.8). Por este motivo, continuam as vendas, fusões e conglomerações no mundo, tornando-se organizações fortes na produção de princípios liberais e capitalistas, capazes de reprimir ideologias contrárias.

O rádio, patenteado pelos Estados Unidos em 1904, expandiu-se a partir dos anos de 1920 e deu início à propagação de programações diversificadas, incluindo notícias e entretenimento para todos os públicos, inclusive para as minorias culturais. Já a televisão teve um processo mais lento: apesar de inventada em 1885, somente após a Segunda Guerra Mundial começou a ter uma audiência equivalente aos outros meios de massa. Apesar disso,

no período de guerra chegou a ser aproveitada, nos Estados Unidos, para exaltar o espírito patriota e o papel heroico do país na guerra, construindo a Alemanha nazista como inimiga. Em quase toda a Europa, durante a Segunda Guerra, as exposições televisivas faziam o mesmo, inclusive do lado alemão (STRAUBHAAR; LAROSE, 2004; SAMPAIO, 1984).

A internet foi um marco na mídia contemporânea. Criada nos Estados Unidos em 1969, sob a iniciativa do Pentágono, com a função de garantir a segurança da informação com ligação de computadores entre si, hoje consiste em um fator fundamental de espionagem eletrônica e das chamadas “guerras digitais”, nas quais ocorrem os chamados “cyber-ataques”. É justamente neste período que iniciam-se os conglomerados midiáticos, em um contexto econômico de avanço do mercado de capital e de fluxos financeiros contínuo. (RAMONET, 1999).

Assim, no ano de 2000, a Europa já dominava 40% do mercado da mídia, os Estados Unidos 40% e os demais países 20%. É importante salientar que, embora as fusões de empresas tenham sido intensificadas nos últimos anos, os conglomerados e a união de empresas, principalmente norte-americanas, ocorrem desde 1970. Dentre elas, podem ser citadas a empresa Time, que aliou-se à Warner (cinema), Toshiba (televisores de um grupo japonês), CNN (canal de notícias) e AOL (provedor de internet), sendo esta, hoje, um dos três maiores conglomerados da mídia no mundo, e a News Corporation Limited, pertencente ao australiano Rupert Murdoch, que controla a Fox e têm participação nas Organizações Globo e na mexicana Televisa. (BURITY, 2013, p. 169).

A concentração da mídia em grandes conglomerados envolve setores industriais, financeiros, de telefonia, cinema, televisão, publicidade, TV a cabo, internet e ramos da informática. De acordo com o site Forbes (2015), os Estados Unidos possuem as maiores empresas de mídia do mundo, estando cinco delas nas seis primeiras colocações. São elas: Comcast, Walt Disney, 21st Century Fox, Time Warner, Time Warner Cable, Directtv, CBS, Viacom e Sky. Ou seja, em um mercado concentrado de informação, torna-se mais fácil a articulação entre governo e mídia, ambos movidos por interesses políticos e econômicos convergentes.

Os monopólios midiáticos, como afirma Morais (2016), são sempre ruins, pois não têm a pretensão de produzir um pensamento crítico, mas na maioria das vezes pretendem formar uma subjetividade única, atendendo a objetivos específicos. Entretanto, o discurso midiático, mesmo que manipulador, defende-se através da ideia de liberdade de expressão, mesmo que a “liberdade” seja exercida por um grupo reduzido de grupos proprietários das mídias.

Essa relação entre a mídia e os interesses econômicos, que originaram os conglomerados, reforçam as prerrogativas do Estado mais influente no contexto internacional atual, os Estados Unidos, atuando de forma combinada com as estratégias do Estado, em um arranjo de *smart power*. Por meio da estrutura de rede-cêntrica, os Estados obtêm informações privilegiadas e, ao mesmo tempo, protegem suas informações particulares, servindo também para manipular dados alheios (cyber-guerra), resultando na luta geopolítica “invisível” da guerra rede-cêntrica. Para observar a atuação midiática na prática, será observado o caso da tentativa de golpe ao governo bolivariano de Hugo Chávez, em 2002, o qual era reconhecidamente hostil, em termos ideológico e geopolítico, às estratégias dos Estados Unidos.

5. A revolução será distorcida: a cobertura da tentativa de golpe em 2002 contra o Presidente Hugo Chávez

Para entender a atuação da mídia no caso específico da Venezuela será contextualizada, por meio de alguns dados históricos, a conjuntura política e econômica que antecedeu a tentativa do golpe ao Presidente Chávez, em 2002.

Em 1989, explodiu na Venezuela uma crise política e econômica que desencadeou uma revolta social no país. Essa revolta, conhecida como *Caracazo*, causou a morte de milhares de pessoas e gerou uma forte instabilidade. O motivo do descontentamento popular foi a adoção, por parte do presidente Andrés Perez, de recomendações desenvolvidas no Consenso de Washington⁶. Isso desagradou a população mais pobre devido a piora nas condições de vida, como o aumento dos preços dos produtos básicos (muito deles importados) e da gasolina (sendo a Venezuela exportadora de petróleo), o alto desemprego e subemprego, a corrupção e, principalmente, o descontentamento sobre um sistema político caracterizado por atender a uma pequena elite. (CARUSO, 2011).

Em 1992, uma tentativa de golpe por parte de integrantes do Exército e do Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200)⁷, liderada pelo coronel Hugo Chávez, fracassou

⁶ O termo Consenso de Washington ficou conhecido como um conjunto de medidas macroeconômicas formuladas para o desenvolvimento econômico de social dos países, por economistas de instituições financeiras como FMI e Banco Mundial, elaborado em 1989. Dentre suas principais recomendações, adotadas pela Venezuela, estavam o controle dos gastos públicos, a minimização do Estado, a abertura de mercado, o corte de subsídios, a elevação de tarifas e impostos, a liberalização das taxas de juros, a flexibilização do câmbio e a promoção da abertura comercial e das privatizações (TAVARES, 2011).

⁷ O Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200) caracteriza-se como um movimento revolucionário civil-militar de extrema esquerda, fundado pelo tenente-coronel Hugo Rafael Chávez Frias no ano de 1982, inspirado por Simón Bolívar o grupo tinha como objetivo concluir o processo revolucionário do século XIX. (CARUSO, 2011, p. 3)

e ele foi preso por dois anos. Apesar disto, Chávez se revelou como uma liderança política, defendido por setores populares por lutar contra a elite e a favor mais pobres. Nesse tempo, ele ampliou seus contatos com o meio civil e iniciou a organização do que viria a ser um partido político, denominado Movimento Quinta República (MVR). (CARUSO, 2011, p. 11 – 12).

Em 1993, o presidente Andrés Perez sofreu impeachment, acusado de corrupção. Assim, novas eleições, no modelo estabelecido pelo *Pacto Fijo*⁸, que revezava o governo entre o partido Ação Democrática (AD) e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI), foram realizadas. As eleições revelaram grande descontentamento por parte dos eleitores, com mais de 40% de abstenções, porém isso não impediu que, com 46% dos votos, o novo presidente Rafael Caldeira, do COPEI, vencesse. No seu mandato, Caldeira deu continuidade ao governo de Andrés, o que gerou o aumento da crise econômica e da dívida externa. Essa política precipitou um esgotamento no sistema político *Punto Fijo*, que não sustentou mais o bipartidarismo e passou para um sistema multipartidário, no qual o eleitor não mais votava em uma lista fechada, mas diretamente no candidato. (LOPES, 2011, p. 57).

Foi neste cenário que Chávez venceu a eleição democrática em 1998, com promessas que começaram a ser desenvolvidas a partir de 1999. Nesse ano, a nova constituição da Venezuela foi instaurada, concedendo mais poder político para o presidente e remanejando a administração e a economia do país. As medidas foram cautelosas, devido à oposição ser maioria no congresso. Portanto, os objetivos de diversificação da economia, diminuição da dependência do país em relação à exportação do petróleo e distribuição de renda propostos por Chávez, teriam embate direto com a oposição, incluindo setores da burocracia estatal, que não aceitavam perder o controle sobre o país. Nessa perspectiva, o planejamento da nova constituição tinha como princípio o enfraquecimento dos setores ainda ligados ao pacto *Punto Fijo* (oposição) e o estabelecimento de uma Assembleia Constituinte. Posteriormente, a população pode aprovar a nova Constituição com 70% dos votos, dando base às reformas planejadas. (LOPES, 2011).

A partir de 2001, o maior controle sobre a estatal Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) e suas filiais, por parte do governo, visava o fortalecimento do controle dos preços

⁸ Denominado *Pacto de Punto Fijo*, um sistema político controlado pelos dois maiores partidos do país – a Ação Democrática (AD) e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) – através de um sistema eleitoral baseado em listas fechadas com integrantes da elite venezuelana, no qual o eleitor votava no partido e não em candidatos individuais. Tal sistema favorecia o domínio das direções partidárias sobre toda a estrutura, graças também à submissão da burocracia sindical, ligada à AD. (CARUSO, 2011, p. 8).

do petróleo, através da gestão de produção e oferta. O governo também previa maiores repasses de recursos das empresas parceiras e esclarecimentos operacionais e contábeis da PDVSA. Essas medidas, não agradaram a burocracia da empresa formada pela oposição, pela elite venezuelana e pelas empresas transnacionais que operavam no país. A oposição pode unir-se, com apoio da mídia comercial, que dava ênfase a campanhas que acusavam o governo de tentar acabar com as propriedades privadas e instaurar uma nova Cuba. (LOPES, 2011).

Chávez sabia que a grande dificuldade da Venezuela provinha de uma dependência das exportações de petróleo e da importação dos demais produtos. As empresas americanas, desde 1920, foram responsáveis pelo desenvolvimento do setor de petróleo na Venezuela, que fornecia petróleo para os Estados Unidos e importava equipamentos para a indústria de petróleo e bens de consumo para a população, inclusive alimentos. Porém, esta dependência dos EUA, com o passar dos anos, estava gerando problemas internos, não só econômicos, mas sociais, culturais e políticos, conforme Lopes (2011, p. 62):

O caráter rentista da economia venezuelana, resultado da renda proveniente das exportações de petróleo, que propiciam ao país um grande volume de dólares à disposição para as importações de bens e serviços, também criou no país uma forte emulação social e cultural em relação aos EUA. Essa emulação criou uma grande dependência externa em relação a este país, não apenas comercial, mas também cultural, inibindo a capacidade de inovação e criatividade internas, sendo substituídas pela importação de um modo de vida incompatível com a realidade venezuelana. Tal característica da sociedade venezuelana, facilitada pela grande disponibilidade de dólares no país, também não contribuiu para criar as condições para que a Venezuela crescesse de forma autônoma, por meio da formação de um setor produtivo não petroleiro competitivo.

O confronto com os Estados Unidos desdobrava-se na política externa venezuelana. Segundo Cardona (2011), Chávez adotava uma política claramente confrontacionista à potência do norte. Para isso, buscou aliar-se a alguns opositores do seu inimigo – por exemplo, os governos da Síria e Irã – além de buscar investimentos econômicos chineses e aproximação militar com a Rússia. Estabeleceu também relações de cooperação com Cuba, ao mesmo tempo em que realizava uma política abertamente hostil à Colômbia, país que, sob a presidência de Álvaro Uribe, possuía parceria estratégica com os Estados Unidos, através do chamado Plano Colômbia. Finalmente, Chávez pretendia lançar a chamada Aliança Bolivariana para os povos das Américas – ALBA, reunindo países como Cuba, Guatemala, Bolívia e Equador, que compartilhavam visões ideológicas com a Venezuela chavista.

Diante desse quadro de ações internas e externas que contrariavam interesses econômicos, geopolíticos e ideológicos dos Estados Unidos, uma grande campanha midiática contra Chávez começou a se intensificar. Em abril de 2002, a tentativa de golpe contra o governo teve a mídia como apresentadora e articuladora do fato. Algumas informações de relevância foram filmadas por um grupo de irlandeses, que estava na Venezuela filmando o cotidiano de Chávez para um documentário. Estes puderam vivenciar os momentos de tensão da tentativa de golpe, que se transformou no documentário “A revolução não será televisionada”.

Dias antes da efetiva tentativa de golpe, os canais de comunicação mostravam o descontentamento da oposição para com o governo. Jornalistas passaram a colocar em pauta a crise econômica a todo o momento nos noticiários e nas chamadas televisivas, convocando a população para uma marcha contra o presidente. Nessa grande marcha, que ocorreu no dia 11 de abril de 2002, grupos contra e a favor de Hugo Chávez foram às ruas. Apesar disso, somente a marcha contrária ao governo foi explanada e transmitida ao vivo pela RCTV (*Radio Caracas Televisión*), *Venevisión* e *Globovisión*⁹. Os movimentos do outro grupo a favor de Chávez somente foram divulgados, nos dias posteriores, pelos pequenos canais de comunicação e por mídias alternativas. (STONE, 2012)

No dia das marchas, ocorreram confrontos nas ruas de Caracas. No dia seguinte aos acontecimentos, a grande mídia nacional e internacional denunciava os assassinatos praticados durante a marcha, que supostamente teriam como responsáveis integrantes do movimento chavista. Como “prova”, foram veiculadas imagens manipuladas, na qual armas utilizadas por franco-atiradores contra a população eram falsamente atribuídas aos chavistas, através de imagens que seriam, posteriormente, desmascaradas. (ROVAI, 2011).

A mídia também articulou “erroneamente”, juntamente com as forças de interesses contra o governo, o anúncio de que Chávez haveria renunciado. O que ocorreu, como esclarecido mais tarde, foi que o presidente acabou por se entregar, sem renunciar, sob a ameaça de que o palácio seria bombardeado por militares contrários ao regime bolivariano. Ou seja, foi sequestrado por um grupo de militares de oposição. Nesse contexto, a mídia transmitiu que um novo presidente, Pedro Carmona, já havia assumido no mesmo dia o

⁹ Cinco principais canais de televisão privados – Venevisión, Radio Caracas Televisión, Globovisión, Televen e CMT – e nove dos dez maiores jornais impressos do país – *El Universal*, *El Nacional*, *Tal Cual*, *El Impulso*, *El Nuevo País*, *El Mundo*, etc. – substituíram os partidos políticos tradicionais. Respaldados pelo monopólio da informação (juntos, detinham 95% das frequências de rádio e televisão), apoiavam todos os movimentos da oposição (inclusive com a ajuda da mídia norte-americana), raramente davam espaço para declarações governamentais. Em maio de 2007, o Estado venezuelano retirou a concessão do espectro de radiodifusão do canal RCTV, a mais popular até então. (LEMOINE, 2012).

governo e destituído os poderes constituídos anteriormente. A comemoração da oposição e dos jornais internacionais sobre uma vitória contra “o ditador” foi anunciada, noticiando um cenário fictício de paz obtido após uma guerra imaginada. (BARTLEY; O’BRIAIN, 2003).

Porém, os simpatizantes do chavismo, que recebiam as notícias apenas por alguns canais de televisão que estavam no ar, perceberam que algo estava errado. Na medida em que a notícia do sequestro do presidente se espalhava, principalmente por jornais e canais de TV estrangeiros menores, iniciou-se a resistência nas ruas de Caracas. Milhares de manifestantes foram protestar nas ruas e em frente ao palácio do governo e, posteriormente com a ajuda dos militares chavistas, membros articuladores do golpe foram presos, o canal estatal voltou ao ar e, assim, pode comunicar, após algumas horas, a volta de Chávez ao país e ao governo. (BARTLEY; O’BRIAIN, 2003). Em 13 de abril de 2002, Chávez voltou ao poder após ser deposto e levado à ilha de Orchila, onde permaneceu durante mais de 48 horas, até que tropas militares leais o restituíram na Presidência, como esclareceu o jornalista Paullier (2012), em uma matéria na BBC.

Esta tentativa de golpe revelou o poder persuasivo e destabilizador que a mídia possui perante um Estado. Sem a pretensão de posicionar-se sobre o chavismo, o estudo deste caso demonstra como a mídia atua em prol dos interesses de seus países de origem, especificamente dos Estados Unidos. O documentário “*Al sur de la frontera*” traz o pronunciamento de alguns dos grandes meios de comunicação internacionais sobre o caso, principalmente CNN e Fox News. Ambos transmitiam, nos seus telejornais, as marchas de abril de 2002, no qual venezuelanos da oposição expressavam seu descontentamento com o governo de Hugo Chávez, pedindo para o “ditador” renunciar. Nesse mesmo sentido, segundo declarações do então presidente dos Estados Unidos George Bush para a CNN, Hugo Chávez era tão perigoso quanto Bin Laden e deveria renunciar ou ser tirado do poder. (STONE, 2012).

O jornal *The New York Times* (2002) se pronunciou no dia 13 de abril de 2002, retratando a volta de Chávez a presidência da Venezuela. Segundo o jornal, a renúncia de Chávez significaria que a Venezuela não seria mais ameaçada por um ditador e que o poder seria entregue a um responsável líder empresarial (Pedro Carmona). Apesar disso, apoiavam novas eleições para concretizar restaurar a democracia. Para Eva Golinger¹⁰ (2015), o jornal fez campanha contra Chávez:

¹⁰ Advogada, escritora e investigadora venezuelana-estadunidense.

O Conselho Editorial aplaudiu com felicidade o violento golpe de Estado em abril de 2002 que derrubou o presidente Chávez e resultou na morte de mais de 100 pessoas. Quando Chávez voltou ao poder dois dias depois, graças aos seus milhões de seguidores e as Forças Armadas leais, o ‘Times’ não se retratou por seu erro anterior, mas com arrogância implorou a Chávez a “governar responsavelmente”, alegando que ele era o responsável pelo golpe. Mas o fato de que o ‘Times’ começou uma persistente campanha direta contra o atual Governo da Venezuela, com artigos falsificados e claramente agressivos – editoriais, blog, opinião e notícias – indica que Washington colocou a Venezuela no caminho rápido da “mudança de regime”.

Por parte do Fundo Monetário Internacional, Thomas Dawson, o então diretor de relações externas, logo após o golpe na Venezuela (quando Carmona assumiu), declarou que estava "pronto a ajudar a nova administração da maneira que for julgada apropriada". Esta declaração foi feita horas após o golpe contra Hugo Chávez. Alguns deputados democratas de esquerda questionaram o diretor posteriormente, já que o FMI é normalmente cauteloso sobre os governos que auxilia ou que vise parcerias futuras, abrindo questionamentos sobre o conhecimento prévio da tentativa de derrubar Chávez. Porém, Dawson apenas declarou que naquele momento estava sendo solidário ao país, já que havia risco de perdas de vidas devido aos confrontos. (GARCEZ, 2007).

A revista brasileira Veja, em 17 abril de 2002, não utilizou a palavra golpe, e sim queda, para o fato ocorrido. A revista intitulou Chávez como “presidente fanfarrão” ou “falastrão”, dando sempre a ideia generalizada de que havia somente uma posição, ou pelo menos uma maioria contrária, que desejava a deposição do presidente eleito. (ADAMI, 2008).

Após dez anos do golpe, o site Opera Mundi (UOL), escreveu uma matéria sobre o tema. Segundo Novaes (2012), o complô entre a mídia e a oposição foi rejeitado pela população. Para o jornalista, as manobras foram aos poucos desvendadas, já que a mídia era amplamente controlada pela oposição, que:

Nas semanas que antecederam ao golpe, apoiaram publicamente as manifestações anti-Chávez. Após a prisão do presidente, os meios de comunicação passaram a enviar repórteres para locais calmos, dando a impressão de uma situação de tranquilidade, enquanto os confrontos entre simpatizantes de Chávez e policiais controlados pelos golpistas continuavam intensamente.

Nos documentários “A revolução não será televisionada” e “*Al sur de La frontera*”, Chávez afirma que a principal falha de seu governo era a falta de uma comunicação eficiente e a divulgação da execução de seus planos de governo para a população. Isso fez com que os principais articuladores, por trás dos monopólios midiáticos, pudessem atuar contra seu governo. Assim, prosseguia-se a tentativa do controle da subjetividade a partir da narrativa do certo e errado vinda dos países centrais, na qual a mídia dos Estados Unidos classificava o

governo chavista como irresponsável. Percebe-se a continuidade da prática da colonialidade do poder, na qual a visão hegemônica é reiteradamente produzida e reproduzida a partir dos países Ocidentais.

A partir da cobertura midiática da tentativa do golpe do Governo Bolivariano de Hugo Chávez, no ano de 2002, se pode perceber a atuação da mídia como uma ferramenta de poder dos Estados Unidos. Em um contexto de crise na Venezuela, o objetivo do golpe, com apoio da rede de informação dos Estados Unidos, pautava-se na continuidade do controle da produção e ganhos do petróleo. Para isso, foi utilizado e intensificado um descontentamento de parcela da população a fim de obter apoio à queda deste governo e posterior posse de outro em que seus interesses fossem atendidos. Nesse caso, o a estrutura rede-cêntrica dos Estados Unidos atuou, combinando pressão midiática com ações militares, por parte de oficiais venezuelanos, que eram favoráveis a este país. Nessa perspectiva, a diplomacia midiática ocorria através de pronunciamentos de autoridades norte-americanas, preocupadas com a situação da população da Venezuela diante de um suposto ditador, que foi beneficiada pelos conglomerados midiáticos internacionais.

As declarações de George Tenet, diretor da CIA, e do secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, iam na mesma direção. Para eles, as ações do presidente Hugo Chávez preocupavam a Administração Bush, devido a não apoiar a campanha antiterrorismo tanto como poderia haver feito e escolher visitar alguns “lugares estranhos”, como Iraque e Cuba. Também disse que preocupava-se com a economia da Venezuela, então o terceiro maior fornecedor de petróleo dos Estados Unidos, salientando certo descontentamento com o presidente Chávez e a “Revolução Bolivariana”. (STONE, 2012).

Ao contrário do que os Estados Unidos esperavam, Chávez seguiu governando. Não se nega que o chavismo possa ter passado a adotar, desde então, instrumentos de controle da mídia idênticos aos apresentados até aqui – embora com menor alcance – a fim de perpetuar-se no poder. Embora admita-se essa possibilidade, o foco do presente trabalho consiste em demonstrar, através do caso venezuelano, como a mídia Ocidental atua no controle de subjetividade do público internacional, perpetuando o padrão de colonialidade de poder que caracteriza a modernidade. Nesse sentido, prosseguem, na Venezuela de Nicolás Maduro, ou mesmo em outros países governados por forças que não interessam aos Estados Unidos, os esforços sistemáticos, com grande força da mídia, para boicotar e derrubar esses governos.

3. Conclusões

A propagação dos saberes Ocidentais, com base em uma concepção de “superioridade cultural” da Europa, está nas raízes da hegemonia estadunidense. Por meio do conceito de colonialidade do poder, foi possível entender a hierarquização entre as sociedades com objetivo de controlar o trabalho, os recursos materiais e as subjetividades, o que inclui o controle e a difusão de conhecimento e da informação.

A mídia, como instrumento de controle de subjetividades, dispõe de recursos que formam um arsenal poderoso, amplamente utilizado pela potência norte-americana nas modernas guerras rede-cêntricas, nas quais o *smart power* é empregado através da combinação de todos os meios de ação possíveis. Dentre eles, está o uso da mídia, facilitado pela concentração em conglomerados, como foi observado no caso da tentativa de golpe de Hugo Chávez.

A América Latina foi forjada pela dominação Ocidental, tornando-se subalterna em termos culturais, econômicos e políticos. Qualquer tentativa dos países latino-americanos de superar a colonialidade do poder e construir sua própria história, com algum grau de autonomia, nunca foi perdoada pelas potências centrais. Nessas horas, seus mecanismos de manutenção da hegemonia são colocados em marcha, como se observa em toda trajetória da Venezuela chavista.

Referências

A revolução não será televisionada. Direção de Kim Bartley e Donnacha O’Briain, Produção de David Power. Irlanda: Power Picture, 2003. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MTui69j4XvQ>>. Acesso em: 29 de junho de 2016.

ADAMI, Angelo Kirst. *Hugo Chávez, o ditador: o discurso da revista Veja sobre o presidente da Venezuela*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

Al sur de la frontera. Direção e Produção de Oliver Stone. Estados Unidos: Ixtlan y Cinema Libre Studio, 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6xjXbH0FHUK>>. Acesso em: 29 de junho de 2016.

ARRIGUI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda, 1996.

BELLOS, Alex. Chavez rises from very peculiar coup. In: *The guardian*, 15 de abril de 2002. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2002/apr/15/venezuela.alexbellos>>. Acesso em: 03 de novembro de 2016.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo*. In: Revista CEPAL Nº 97, abr. 2009, p. 173-194.

BORTOLUCI, José Henrique. Para além das múltiplas modernidades: eurocentrismo, modernidade e as sociedades periféricas. *Plural* (São Paulo. Online), v. 16, n. 1, p. 53-80, 2009.

BURITY, Caroline Rangel Travassos. *A influência da mídia nas Relações Internacionais: um estudo teórico a partir do conceito de Diplomacia Midiática*. Rio de Janeiro: Editora Contemporânea, v. 11, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/3349>>. Acesso em: 15 abril de 2016.

_____. *Diálogos Internacionais*. Disponível em: <<http://www.dialogosinternacionais.com.br/2015/11/midia-e-relacoes-internacionais-o.html>>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

CARDONA, Diego C. *Seguridad y política exterior en la gran región andina: reflexiones y escenarios*. Colombia: Uma política exterior em transición. 1ª ed. Bogotá: Editorial Gente Nueva, 2011.

CARUSO, Danilo Spinola. Revolução Bolivariana – Especificidades e Desafios. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. II Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas. São Paulo, 2011.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CORREIA, Pedro Pezarat. *Manual de Geopolítica e geoestratégia*. v.1: conceitos, teorias, doutrinas. Coimbra: Editora Edições Almedina, 2010.

COUTINHO, Eduardo Granja. *Gramsci: a comunicação como política*. In: COUTINHO, Eduardo Granja; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel (orgs.). *Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividades*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2008.

COUTINHO, Eduardo Granja; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel (orgs.). *Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

COX, R. W.; SINCLAIR, T. J. *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

COX, Robert. *Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method*. In: GILL, S. (Ed.). *Gramsci, historical materialism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

CTEX. *Guerra “rede-cêntrica”*. Informativo do Centro Tecnológico do Exército. Rio de Janeiro: Ano III, n.8, 2008. Disponível em: <http://www.ctex.eb.br/images/phocagallery/informativos/itens/informativo_008_ctex.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

DIZARD JR., Wilson. *A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

DOMINGUES, Joelza Ester. “O Fardo do Homem Branco”: Ode ao Imperialismo. In: *Blog Ensinar História*, 2015. Disponível em: <<http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/imperialismo>>. Acesso em: 21 de setembro de 2016.

ELHAJJI, Mohammed; ZANFORLIN, Sofia. Dos modos de construção da identidade nacional: pertencimento – mídia – alteridade. In: COUTINHO, Eduardo Granja; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel (orgs.). *Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

Entenda o caso de Edward Snowden, que revelou espionagem dos EUA. In: *GI*, 02 de julho de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/entenda-o-caso-de-edward-snowden-que-revelou-espionagem-dos-eua.html>>. Acesso em: 19 de outubro de 2016.

FIORI, José Luís. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FORBES. Maiores empresas de mídia do Mundo. In: *Forbes*, 2015. Disponível em: <<http://www.forbes.com.br/listas/2015/05/10-maiores-empresas-de-midia-do-Mundo>>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

GARCEZ, Bruno. Democratas questionam posição do FMI após golpe na Venezuela. In: *BBC*, 2007. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/08/070822_deputadosfmivenezuelabg.shtml>. Acesso em: 03 de Novembro de 2016.

GASPAR, Luis. Rudyard Kipling Biografia. In: *Blog Truca*. Disponível em: <http://www.truca.pt/ouro/biografias1/rudyard_kipling.html> Acesso dia 19 de outubro de 2016.

GILBOA, Eytan. Diplomacy in the media age: three models of uses and effects. *Diplomacy & Statecraft*, v. 12, n. 2, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/09592290108406201>>. Acesso em: 10 março 2016.

_____. Global Communication and Foreign Policy. *Journal of Communication*; Dec1, vol.52, 4. ABI/INFORM Global, 2002.

GOLINGER, Eva. Venezuela: *Golpe em tempo real*. Disponível em: <<http://www.diarioliberalidade.org/opiniom/outras-vozes/54079-venezuela-golpe-em-tempo-real.html>>. Acesso em: 02 de Novembro de 2016.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* (v.3). Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

GROSFOGUEL, Ramón. Descolonizando los Universalismos Occidentales: El pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los Zapatistas. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

Hugo Chávez Departs. In: *The New York Times*, 13 de abril de 2002. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2002/04/13/opinion/hugo-chavez-departs.html>>. Acesso em: 03 de novembro de 2016.

LEMOINE, Maurice. Golpe de Estado midiático na Venezuela. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, 04 de Julho de 2012. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/edicoes_especiais_artigo.php?id=132>. Acesso em: 01 de novembro de 2016.

LIMA, Venício Artur de. *Mídia: crise política e poder*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LOPES, Ademil Lúcio. *O governo Chávez e o ensaio da superação do retismo venezuelano: do nacionalismo bolivariano ao socialismo do século XXI*. Araraquara: Unesp – PPS, 2011.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

MAZETTI, Henrique. Mídia e questionamentos do poder: três abordagens teóricas. In: COUTINHO, Eduardo Granja; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel (orgs.). *Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

MIGNOLO, Walter D. El pensamiento decolonial: Desprendimiento Y apertura. Um manifesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

_____. *Histórias Locais / Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MORAES, Dênis de. *Crítica da mídia & hegemonia cultural*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2016.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais, correntes e debates*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier Ltda, 2005.

NOVAES, João. Golpe de Estado que fracassou em derrubar Hugo Chávez completa 10 anos. In: *Opera Mundi*, 11 de Abril de 2012. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/21080/golpe+de+estado+que+fracasou+em+derrubar+hugo+chavez+completa+10+anos.shtml>>. Acesso em: 03 de Novembro de 2016.

NYE, Joseph S. *O paradoxo do poder americano*. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. *The Future of Power*. Public Affairs, 2011. Kindle Edition.

PAULLIER, Juan. A diez años del golpe contra Chávez, ¿qué fue de los protagonistas? In: *BBC*, 2012. Disponível em: <http://www.bbc.com/mundo/noticias/2012/04/120410_venezuela_aniversario_golpe_2002_personajes_jp.shtml>. Acesso em: 03 de novembro de 2016.

PINHEIRO, Alvaro de Souza. *A Tecnologia da Informação e a Ameaça Cibernética na Guerra Irregular do Século XXI*. Coleção Meira Mattos-Revista das Ciências Militares, n. 18, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. *Polis Revista Latinoamericana*. Santiago: Editor Centro de Investigación Sociedad Y Políticas Públicas, 2012.

PRAV, Vladimir. Revoluções coloridas e a nova Guerra Rede-Cêntrica. *SouthFront*. Disponível em: <<http://blogdoalok.blogspot.com.br/2016/02/revolucoes-coloridas-e-nova-guerra-rede.html>>. Acesso em: 30 de março de 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (orgs.). *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

_____. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologia do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>>. Acesso em: 15 de março de 2016.

_____. *Des/colonialidad y bien vivir*. Lima: Editorial Universitaria, 2014.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. La americanidad como concepto, o América en El moderno sistema mundial. *Revista Internacional de Ciências Sociais*, v. 134, 1992.

RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. *Guerras del siglo XXI: nuevos miedos, nuevas amenazas*. E-book. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1VQDo6RmGKWmoqROwEl8q9_uFFEhtl8KWkmTXCgje7b0/edit?hl=es>. Acesso em: 24 de agosto de 2016.

ROVAI, Renato. Abril de 2002, o golpe da mídia. *Revista Fórum*, 24 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2011/10/24/abril-de-2002-o-golpe-da-midia-2/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2016.

SAMPAIO, Mario F. *História do rádio e da televisão no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro: 1ª Ed. Achiamé, 1984.

SMITH, Edward A. *Effects-Based Operations: Applying Network-Centric Warfare in Peace, Crisis, and War*. Washington D.C.: CCRP, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro. *Elementos de teoria e de pesquisa da comunicação e da mídia*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

SPOHR, Alexandre Piffero; ANDRIOTTI, Luiza Salazar. A Construção do papel regional do Brasil: uma análise do período Rio Branco. *Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais*, v. 1, n. 1, p. 53-67, 2013.

STRAUBHAAR, Joseph; LAROSE, Robert. *Comunicação, mídia e tecnologia*. 1ª Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

TAVARES, Kássia. O Consenso de Washington na Economia brasileira. In: *Política & Economia*, 2011. Disponível em: <<http://www.politicaeconomia.com/2011/10/os-efeitos-do-consenso-de-washington-na.html>>. Acesso em: 26 de outubro de 2016.

VALENTE, L. *Política Externa na era da informação: O novo jogo do poder, as novas diplomacias e a mídia como instrumentos de Estado nas Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.